

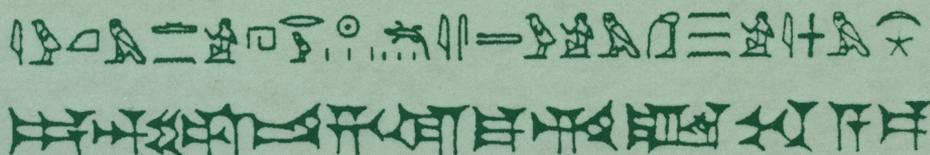
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

10

Actas do Colóquio Internacional

SOCIEDADE, RELIGIÃO E LITERATURA
NO PRÓXIMO ORIENTE ANTIGO



MERCADORES E PALÁCIO NA BABILÓNIA RECENTE

Por ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS

*Professor da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa (Instituto Oriental)*

Desde o período paleobabilónico que os reis babilónicos praticavam o comércio através de mercadores que agiam em seu nome; a conhecida figura do *tamkarum* personifica bastante bem esses indivíduos. O Palácio evoluiu na sua prática mercantil, desde a utilização desses mercadores, até à consignação dos assuntos comerciais, tributários e outros, às famílias mais abastadas na Babilónia Aqueménida. Algumas das variantes a esta modificação são merecedoras da nossa atenção.

A acção dos reis neobabilónicos

Ao longo do período entre 626-331 a. C., os monarcas utilizaram as famílias abastadas de Babilónia em proveito próprio e do seu império.

Acompanhando o declínio da influência económica dos templos, estava um aumento da participação na economia babilónica de mercadores privados⁽¹⁾. Junto com membros da sua família extensiva, formavam firmas comerciais prósperas e influentes, que eventualmente controlavam muito do comércio doméstico, assim como uma variedade de operações de crédito⁽²⁾.

Oppenheim sugere que a relação de simbiose parece existir em Babilónia entre estes mercadores independentes e as autoridades centrais que ainda dominavam a economia⁽³⁾. A estas últimas, que controlavam os centros de armazenamento do país faltavam a neces-

sária mobilidade e habilidade empresariais para a aquisição de matérias-primas vitais e mercadorias. Os que eram proficientes nestes assuntos, nomeadamente, os negociantes privados, eram contratados pelo palácio para desempenharem esses serviços. O palácio aparentemente preferia utilizar como seus representantes nos negócios, indivíduos que normalmente não estavam associados com o palácio ou com o templo.

As nomeações de Nabónido e de seu filho para supervisores da propriedade do templo foram exemplos dessa prática. Isto aconteceu, apesar da existência de mercadores reais nas Casas reais do período neobabilónico. Outro exemplo foi a utilização do rico negociante Nabū-ahhê-iddin, filho de Sula, da família Egibi⁽⁴⁾ por Neriglissar como agente comercial deste último.

Durante os reinados dos últimos monarcas neobabilónicos e mesmo durante o domínio persa, NabG-ahhê-iddin e a sua família serviram o palácio e o templo numa variedade de papéis administrativos e judiciais⁽⁵⁾.

O aumento da administração do palácio no templo e nos seus negócios e a conclusão de actividade comercial ligavam o rei a alguns dos indivíduos privados mais proeminentes de Babilónia; tais factos indicavam um grau de substancial influência sobre a economia nessa época, mas existem poucas provas do seu controlo directo de negócios privados. Os reis neobabilónicos, ao não fixarem os preços através de decretos oficiais, afastaram-se da política dos seus predecessores⁽⁶⁾.

Durante grande parte do período neobabilónico, existem poucas interacções de negócios atestadas entre os membros da família real e as empresas familiares babilónicas. Particularmente durante os reinados de Nabopolassar, Nabucodonosor e Amêl-Marduk, os indivíduos privados raramente representaram interesses reais. Quando alguma representação oficial era necessária, tal como em casos forenses ou colecta de impostos, as designações efectuadas pelo palácio eram, em regra, feitas dentro da sua própria casa⁽⁷⁾.

Esta carência de evidente contacto económico entre a Babilónia «privada» e a oficial termina com o derrube de Amêl-Marduk por Neriglissar em 560 a. C.⁽⁸⁾ De facto, Neriglissar foi o primeiro dos monarcas neobabilónicos a tornar-se activamente envolvido com os mercadores ricos e influentes negociantes que operavam em Babilónia⁽⁹⁾.

Von Voigtlander sugere que aqueles que participaram na ascensão de Neriglissar consistiam em detentores de «interesses bancários» e entre os seus membros incluíam-se a família Egibi⁽¹⁰⁾.

Enquanto as conclusões de Von Voigtlander parecem ser mais baseadas em suposições do que em provas tangíveis, as ligações de Neriglissar à comunidade de negociantes são bem documentadas. Contudo, o grau no qual o poder económico dos negociantes e mercadores se prolongava nos assuntos políticos do país permanece incerto.

Um autor como Beljowski⁽¹¹⁾ pretende que Neriglissar fora colocado no poder como um «candidato de compromisso» entre as partes políticas rivais em Babilónia. Muitas fontes concordam que Neriglissar era o filho de Bél-suma-iskun que fora governador da província de Puqudu <¹²>.

Já durante o reinado de Nabucodonosor, Neriglissar era uma importante e influente figura política, e existem provas que ele servira num posto de alta patente no exército sob o comando de Nabucodonosor, quando os Babilónios sitiaram e subseqüentemente destruíram Jerusalém em 586 a. C.⁽¹³⁾ Depois do seu regresso a Babilónia, Neriglissar casou com a filha de Nabucodonosor⁽¹⁴⁾ e foi designado para supervisionar os assuntos relativos aos negócios do templo Ebabbar em Sippar⁽¹⁵⁾. Empenhando-se prolongadamente em vários empreendimentos de negócios privados em Babilónia e em Opis⁽¹⁶⁾, ele organizou um certo número de contratos de compra de grandes quantidades de carneiros, escravos, tâmaras, e outros bens móveis, assim como uma apreciável quantidade de extensões de terra⁽¹⁷⁾.

A principal razão para esta mudança no *status quo* residia, provavelmente, no carácter do próprio Neriglissar, que, mesmo antes de se ter tornado rei, foi um bem sucedido homem de negócios.

Um certo número dos seus contratos privados sobreviveram, e todos testemunham a sua proeminência no interior da comunidade negociante de Babilónia. No seu retorno a Babilónia, Neriglissar casou com uma filha de Nabucodonosor e foi nomeado para supervisionar os negócios do Ebabbar em Sippar. Comprometendo-se em vários negócios privados levados a cabo em Babilónia e Opis<¹⁸>, ele conseguiu, num grande número de contratos de compra, largas quantidades de carneiros, escravos, tâmaras e outros produtos naturais, tal como grandes extensões de terra.

Tanto antes como durante o seu reinado, Neriglissar, como referimos, manteve laços de negócios com Nabú-ahhê-iddin, filho de Sulâ, a cabeça da poderosa família Egibi em Babilónia⁽¹⁹⁾. Entre 571 a. C. e 562 a. C., Nabū-ahhê-iddin e membros da sua grande casa aparecem em várias transacções de Neriglissar, numa grande variedade de papéis - escribas, testemunhas, garantes e partes contratantes.

A carreira de Neriglissar, antes e depois de ascender ao trono, foi documentada em contratos privados e nas crónicas babilónicas⁽²⁰⁾.

Tanto antes como durante o seu reinado, Neriglissar manteve laços estreitos em negócios com Nabü-ahhê-iddin, filho de Sulã, o principal dirigente da poderosa família Egibi de Babilónia. Nabã-âtê-iddin também serviu como o chefe dos agentes comerciais de Neriglissar⁽²¹⁾. Nabu-ahhê-iddin, na época em que Am-êl-Marduk se tornou rei, em 562 a. C., era o membro dirigente da comunidade de negócios de Babilónia.

Na verdade, o estatuto de Neriglissar era tal que nesse ano foi demandado para representar um grupo de credores que tinham emprestado grandes quantias de prata a um escriba, Nabü-apla-iddin, filho de Balātu. Incapazes de recuperarem os seus investimentos do devedor, eles viraram-se para a assistência de Neriglissar, que por sua vez delegou Nabü-ahhê-iddin para tratar da situação. Como resultado, num certo número de documentos redigidos entre 561 e 560 a. C., Nabü-ahhê-iddin supervisionou em nome de Neriglissar a liquidação da propriedade do devedor insolvente, assim como a retribuição ocasional do pagamento por desconto dos credores não reembolsados⁽²²⁾.

Em Ev.-M. 19⁽²³⁾, Nabü-ahhê-iddin reembolsou Marduk-apla-uçur, filho de Bêl-zêra-ibni apenas 1/3 de mina de prata do total da dívida de 2/3 de mina de prata que o pai de Marduk-apla-uçur tinha originalmente emprestado a Nabü-apla-iddin. Iguamente em Ner.9⁽²⁴⁾, outro dos credores de Nabü-apla-iddin, IqTsa, filho de Gula, recebeu menos de metade da sua reivindicação original de Nabü-ahhê-iddin. Em cada exemplo, o saldo da dívida pode ter sido retido por Neriglissar como a sua comissão, por facilitar a recuperação do empréstimo de prata. Após se ter tornado rei em 560 a. C., possivelmente com a assistência activa de interesses ligados aos negócios em Babilónia⁽²⁵⁾, Neriglissar manteve várias das suas primeiras relações comerciais, e também continuou a empregar Nabü-ahhê-iddin como o seu agente. Devemos atentar no texto Ner. 9, segundo o qual a casa do credor falido, Nabü-apla-iddin, foi vendida «ao palácio» - *ana ekalli*. Este facto sugere que Neriglissar não hesitou, após a sua ascensão ao trono, em se servir da influência do seu alto cargo nos seus investimentos pessoais.

Em Ner. 39⁽²⁶⁾, Nabü-ahhê-iddin era o fiador numa transacção envolvendo o príncipe herdeiro⁽²⁷⁾. Ele também como *res sarri* de Neriglissar em Ner. 7 e Ner. 58⁽²⁸⁾.

Visivelmente ausente de todos os negócios financeiros e políticos de Neriglissar com mercadores e negociantes babilónicos, estava Iddin-Marduk e os outros membros da família Nur-Sín⁽²⁹⁾. Em nenhuma altura durante este reinado, Iddin-Marduk actuou como o fizera Nabü-ahhê-iddin, como um agente da Coroa.

O carácter privado do arquivo de NQr-Sîn permaneceu intacto na altura em que Nabónido chegou ao trono. Além disso, diferentemente do ramo de Uruk dos Egibi, a família Nur-Sîn não deteve durante este ou outro reinado qualquer posto político ou administrativo importante nos templos babilónicos.

Alguns dos intervenientes são membros destacados de conceituadas famílias como era o caso de Iddin-Marduk, descendente de Nür-Sîn. A sua vida é um exemplo de capacidade administrativa e mercantil e um espelho da vida económica destes empreendedores familiares.

Nabū-ahhē-iddin também serviu como chefe dos agentes comerciais de Neriglissar, o qual em 562 a. C., quando o seu cunhado Amêl-Marduk se tornou rei, era um membro dirigente da comunidade de negociantes de Babilónia.

Particularmente a família Egibi manteve os seus laços previamente estabelecidos com os templos e o palácio. Apesar do prévio serviço de Nabū-ahhē-iddin a Neriglissar, Nabónido nomeou-o como juiz real⁽³⁰⁾. Encontrando-se simultaneamente o ramo desta família, estabelecido em Uruk, na continuidade das mais altas funções no Eanna⁽³¹⁾.

Seis textos⁽³²⁾ abrangendo os catorze primeiros anos do reinado de Nabónido fornecem informação relativa ao envolvimento dos privados com a família real, na pessoa de Bêl-sarra-uçur⁽³³⁾.

O primeiro texto regista a venda de uma extensão de terra efectuada por Marduk-êriba, filho de Fiimût, descendente de Miçrã, que ele possuía em conjunto com a sua irmã Bau-étirat, a Bêl-riçua o servidor de Bêl-sarra-uçur, que praticava transacções por conta deste último. O preço estipulado fora de 2/3 de mina e seis siclos de prata.

O segundo texto regista um acto referente a um empréstimo em prata. Nabū-ahhē-iddin obteve pelo período de três anos a quantia de 1,5 minas de prata de NabQ-mukTn-ahi, o escriba ou o contabilista de Bêl-sarra-uçur. O contrato estipulava a caução do empréstimo que, neste caso, foi uma casa, a qual teria de ser mantida em boas condições. No entanto, não se acresciam juros no pagamento⁽³⁴⁾.

O terceiro documento⁽³⁵⁾ regista o recibo do preço de um escravo por parte de Nabú-çābit-qāti, o administrador de Bêl-sarra-uçur, devido à cobrança do «décimo dos fundos», ou seja do pequeno imposto, debitados a Nabú-mukTn-ahi, o escriba de Bêl-sarra-uçur.

O quarto texto refere-se ao empréstimo de 20 minas de prata concedido por Bêl-sarra-uçur a Iddin-Marduk por intermédio do seu administrador e secretário. A totalidade das propriedades do devedor foram dadas como garantia⁽³⁶⁾.

O quinto documento regista uma transacção monetária por parte de Nabü-çâbit-qâti. O empréstimo foi concedido a Bêl-iddin que deu uma extensão de terra como garantia⁽³⁷⁾.

O sexto texto é um registo de entrega de mantimentos a Bêl-sarra-uşur, alegadamente por indivíduos entre os quais se contava Samas-iqTsa. Foram entregues para o armazém real 7 *kurru* de tâmaras, como a comida que constituía a compensação, no sentido de mesada do mês de Nisanu até ao mês de Tesritu do décimo quarto ano do reinado de Nabónido.

Os interesses de Bêl-sarra-uçur estavam aparentemente ligados à cidade de Babilónia através da delegação de poderes em terceiros no que se referia aos negócios. Do ponto de vista dos arquivos da época recente esta documentação é praticamente exígua, não podendo concluir-se de uma interacção sistemática entre o Palácio e os negócios dos empresários privados na área financeira.

A família de Egibi

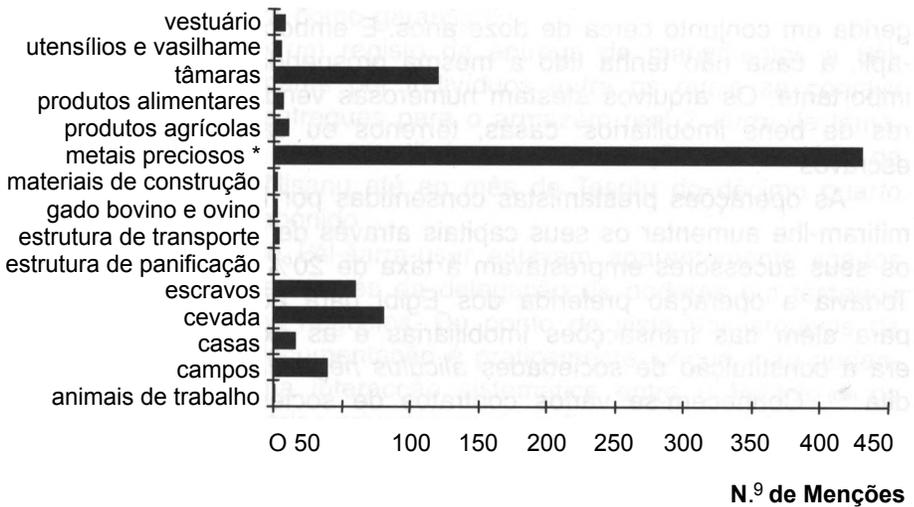
No que respeita à documentação da Babilónia recente, alguns autores apontam a importância dos arquivos de duas famílias cujo papel foi muito importante na vida económica do seu tempo: os descendentes de Egibi em Babilónia e a família MurasG em Nippur <³⁸>. Os mercadores e os capitalistas privados contribuíram em larga medida para o desenvolvimento da vida económica, ao emprestarem os seus capitais para fins agrícolas, comerciais ou simplesmente para o consumo. A casa de NabQ-sarrah, no século XIII, já desenvolvera uma actividade económica diversificada comparável pela sua natureza à dos Egibi. Todavia, os homens de negócios neobabilónicos distinguem-se dos seus antecessores, porque as suas operações eram simultaneamente variadas e de grande envergadura. A casa mais antiga e importante era a dos descendentes de Egibi. A documentação da época respeita sobretudo a contratos de sociedade. A empresa familiar foi fundada na terceira geração sob a chefia de Sula. Este era proprietário de casas que alugava. Tendo dado como penhor uma outra casa, mas apressado pela necessidade de prata teve de hipotecar a casa do seu devedor, os seus próprios escravos e bens na cidade e no campo. Quando o seu pai morreu, Nabü-ahhë-iddin, seu filho, herdou as dívidas que levou três anos a liquidar.

Com Nabü-ahhë-iddin a situação modificou-se e podemos considerar este como o primeiro grande homem de negócios da família. Ele próprio trabalhou, como se referiu anteriormente, com o futuro monarca Neriglissar. Mas foi com Itti-Marduk-balātu, filho de Nabü-ahhë-

-iddin, que a firma conheceu a sua grande prosperidade. Os três filhos de Itti-Marduk-balātu receberam uma grande fortuna que foi gerida em conjunto cerca de doze anos. E embora com Marduk-nāçir-apli, a casa não tenha tido a mesma prosperidade, ela manteve-se importante. Os arquivos atestam numerosas vendas, trocas e alugue-res de bens imobiliários: casas, terrenos ou campos de cultivo, e escravos⁽³⁹⁾.

As operações prestamistas consentidas por Nabû-ahhê-iddin permitiram-lhe aumentar os seus capitais através de empréstimos e ele e os seus sucessores emprestavam à taxa de 20% sob garantias reais. Todavia a operação preferida dos Egibi para aumentar os capitais, para além das transacções imobiliárias e as explorações agrícolas, era a constituição de sociedades *alicuius negotiationis* ou em comanda⁽⁴⁰⁾. Conhecem-se vários contratos de sociedade nos quais Itti-Marduk-balātu aparece como associado. Por vezes, a contribuição dos dois associados era igual; noutras casos a dos Egibi era a mais importante. No caso em que cada associado contribuiu em partes iguais na formação do capital da sociedade, um ou vários escravos ou pessoas livres estavam encarregados de trabalhar com esse capital. Marduk-nāçir-apli parece ter preferido a sociedade em comanda. O associado-devedor era responsável pelo capital recebido e o comanditário recebia a metade dos benefícios. Os Egibi não reconheciam as perdas eventuais. Estes prestamistas não só emprestavam como utilizavam os fundos de outrem. Quando Nabû-ahhê-iddin fez um empréstimo por três anos de 1,5 mina ao homem de negócios de Bêl-sarra-ušur, o filho de Nabónido, sob caução anticrese de uma casa⁽⁴¹⁾. Não se tratava de comércio bancário no sentido próprio⁽⁴²⁾, mas sim da simples actividade prestamista. Todavia, foi a primeira vez na história económica que encontramos uma Casa que durante três gerações⁽⁴³⁾, de Nabucodonosor a Dario, se ocupou intensamente de operações prestamistas de uma tal diversidade ⁽⁴⁴⁾. Resta equacionar o âmbito das Casas como a dos Egibi⁽⁴⁵⁾ que, pela análise dos materiais, não nos parece ser de todo o de bancos de depósito, mas indivíduos que, no quadro de uma sociedade rural onde a base da riqueza era a terra, praticavam operações financeiras, muitas das vezes de investimento na própria terra, garantindo sementeiras e a respectiva produção, o que se torna mais evidente com os Murasû, uma segunda grande família de homens de negócios que prosperou em Nippur durante o século V.

Distribuição dos produtos no arquivo de Egibi



1 única citação ao ouro. As restantes menções referem-se a prata

A família de Murasü

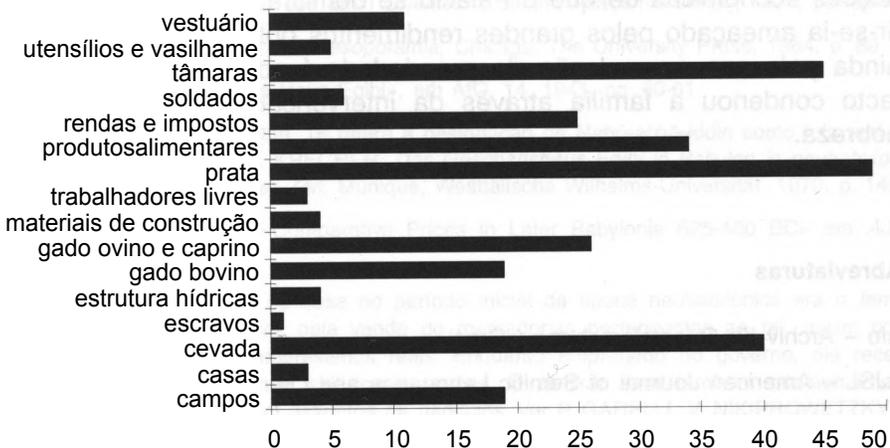
As actividades dos Murasü são conhecidas graças aos arquivos familiares descobertos em 1893. A Casa estendeu a sua influência sobre toda a Baixa Mesopotâmia, e foi dirigida por dois filhos de Murasü, Ellil-hätin e Ellil-sum-iddin⁽⁴⁶⁾. Posteriormente encontramos à cabeça dos negócios RTmüt-Ninurta, filho de Ellil-hätin, cujo sucessor foi Arsam que, no entanto, não se sabe se foi um descendente ou um comprador da empresa⁽⁴⁷⁾. A actividade principal da Casa foi diferente da dos Egibi, pois foi condicionada pelas modificações introduzidas pelos Persas no regime da propriedade fundiária⁽⁴⁸⁾.

Estes tomavam por arrendamento os domínios⁽⁴⁹⁾, subalugando-os. Arrendavam os direitos do rei sobre os canais⁽⁵⁰⁾ e forneciam água aos clientes⁽⁵¹⁾. Praticavam também a exploração dos domínios atrás citados, servindo de intermediários entre os senhores e os cultivadores⁽⁵²⁾. No entanto, a sua principal actividade foi a gestão fundiária dos domínios⁽⁵³⁾. Quanto a outras actividades, certos reconhecimentos de dívida respeitam ao empréstimo de prata, víveres, vestuário, equipamentos a colectividades que deviam fornecer serviços «feudais» no momento das expedições decididas pelo rei. Empréstimos para pagamento de impostos ou compra de tijolos. Os créditos tinham

como causa um mandato, já que, por vezes, pagavam um imposto ou uma dívida por conta de um terceiro. A taxa de juro praticada era a comum na época a que se adicionavam as garantias imobiliárias ou através da solidariedade entre os vários devedores⁽⁵⁴⁾. As diversas operações prestamistas representam uma parte bastante grande na actividade da Casa Egibi, mas esta trabalhava sobretudo com capitais próprios. Pelo contrário, os Murasü⁽⁵⁵⁾ geriam bens fundiários que pertenciam aos capitalistas persas⁽⁵⁶⁾.

Para além desta documentação, outras tabuinhas revelam o papel importante do crédito na vida económica dos períodos neobabilónico e aqueménida. Existiam várias formas de contrato mas o reconhecimento de dívida tornou-se, por excelência, no documento portador do crédito. Na época neobabilónica, as duas formas contratuais coexistiam, mas o reconhecimento de dívida ultrapassou pela eficácia o contrato *ina pāni*⁽⁵⁷⁾.

Distribuição dos produtos no arquivo de Murasü



A importância das famílias de empreendedores privados na economia mesopotâmica continuou para além desta época. Entre os arquivos cuneiformes de Uruk datáveis do período selêucida encontram-se as actividades relativas aos negócios de um certo Nanâ-iddin e da sua família extensiva. Para além do comércio de escravos, outra área onde existiam fortes interesses era a propriedade fundiária. Na última geração interessaram-se por armazéns associados ao templo de Anu.

A posse desses edifícios comportava a responsabilidade do movimento de mercadorias de e para a armazenagem. Este arquivo permite uma visão de uma família babilónica dedicada aos negócios durante quase cento e quarenta anos de domínio grego na Mesopotâmia⁽⁵⁸⁾. Mas esse é um outro caminho na Investigação...

Conclusão

Os casos referidos são um bom exemplo da acção de indivíduos que aproveitavam as necessidades das grandes organizações, como o Palácio, para estabelecerem laços Institucionais que lhes davam a oportunidade de aumentarem os seus rendimentos. Representam um modo de administrar a economia familiar numa escala considerável, e que se pode considerar como o modo predominante na Babilónia Recente.

A acção dos monarcas neobabilónicos permitiu abrir caminho aos interesses das principais famílias, primeiro utilizando-as como meio de um poder pessoal directo, e por fim delegando nelas as acções económicas de que o Palácio se demitira. O poder persa sentir-se-ia ameaçado pelos grandes rendimentos obtidos pelos Murasü e ainda pela sua acumulação de propriedade fundiária e cargos. Este facto condenou a família através da intervenção do monarca e da nobreza.

Abreviaturas

Afo - Archiv für Orientsforschung (Graz).

AJSL - American Journal of Semitic Languages and Literatures (Chicago).

BE - The Babylonian Expedition of the University of Pennsylvania; Series A: Cuneiforme Texts. Vol.8: A. T. CLAY, *Legal and Commercial Transactions Dated in the Assyrian, Neo-babylonian, and Persian Periods, Chiefly from Nippur* (Filadélfia, 1908); Vol. 9: H. V. HILPRECHT, A. T. CLAY, *Business Documents of Murashû Sons of Nippur Dated in the Reign of Artaxerxes I* (Filadélfia, 1898); Vol. 10: A. T. CLAY, *Business Documents of Murashû Sons of Nippur Dated in the Reign of Darius II* (Filadélfia, 1904).

BSA - Bulletin on Sumerian Agriculture (Cambridge).

CBS - Tablets in the Collections of the Babylonian Section of the University Museum, Filadélfia.

Nbk. - J. N. STRASSMAIER, *Inschriften von Nabuchodnosor, König von Babylon (555-538 v.Chr.)*. Babylonische Texte, Hefte I -IV. (Leipzig, 1889).

Nbn. - J. N. STRASSMAIER, *Inschriften von Nabonidus, König von Babylon (555-538 v.Chr.)*. Babylonische Texte, Hefte I - IV. (Leipzig, 1889).

Ner. - Evetts, B., - Ev. -M., Ner., Lab.: *Inscriptions of the reigns of Evil-Merodach (562-559 BC), Neriglissar (559-555 BC) and Laborosoarchod (555 BC)*, (Leipzig, 1892).

Notas

(1) Ver J. MARGUERON, *Los Mesopotámicos*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1996, pp. 437-441.

<2> Ver J. OELSNER, «Die neu-und spätbabylonische Zeit», em *Circulation of Goods in Non-Palatial Context in the Ancient Near East*, Roma, Edizioni Dell'Ateneo, 1984, pp. 221-240, HUGO LANZ, *Die neubabylonischen harrānu-Geschäftsunternehmen*, Berlím, J. Schweizer Verlag, 1976, pp. 142-182, IRA SPAR, *Studies in Neo-Babylonian Economic and Legal Texts*, dissert. University Minnesota, Ann Harbor, UMI, 1972, p. 115, M. A. DANDAMAYEV, *Slavery in Babylonia*, De Kalb, Northern Illinois University Press, 1984, pp. 60-62 e M.A. DANDAMAYEV, «Die Rolle des *tamkārum* in Babylonien im 2. und 1. Jahrtausend v.u. Z.», em *Beiträge zur Sozialen Struktur des alten Vorderasien. Schriften zur Geschichte und Kultur des alten Orients*, 1, Berlím, Akademie-Verlag, 1971, pp. 69-78.

(3) Ver OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, Chicago, The University Press, 1964, p. 89.

w Ver A. UNGNAD, «Das Haus Egibi», em *AfO*, 14, 1941, pp. 60-61.

(5) Por exemplo o texto Nbn. 16 refere a designação de Nabū-ahhē-iddin como juiz real por parte de Nabónido. Cf. J. KRECHER, *Das Geschäftshaus Egibi in Babylon in neubabylonischer und achämenidischer Zeit*, Munique, Westfälische Wilhelms-Universität, 1970, p. 145.

(6) Ver DUBBERSTEIN, «Comparative Prices in Later Babylonia 625-400 BC» em *AJSL*, LVI, 1939, pp. 42-43.

(7) Um posto importante na casa no período inicial da época neobabilónica era o *tamkār sarri*, que era responsável pela venda de mercadorias pertencentes ao rei, assim como pelas distribuição dos empréstimos reais. Enquanto empregado do governo, ele recebia remuneração na forma de salários e rações. O *tamkār sarri* também ocasionalmente representava o palácio em assuntos de negócios. Ver P. GARELLI, V. NIKIPROWETZKY, *El próximo oriente asiático. Los imperios mesopotámicos*. Israel, Barcelona, Editorial Labor, 1981, pp. 98-100 e 105-107 e OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia*, p. 49, e ainda, DANDAMAYEV, *Slavery in Bay Ionia*, pp. 64-65 e DANDAMAYEV, «Die Rolle des *tamkārum* in Babylonien im 2. und 1. Jahrtausend v.u. Z.», pp. 73-77.

(8) Para as circunstâncias em torno do derrube de Amēl-Marduk por Neriglissar ver D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldean Kings (626-556 BC) In the British Museum*, Londres, *The trustees of the British Museum*, 1956, p 38, V. BELJAWSKI, «Der Politische Kampf in Babylon in der Jahren 562-556 v. Chr.», em *Memoriam Eckhard Unger. Beiträge zu Geschichte, Kultur und Religion des Alten Orients*, Baden-Baden, Verlag Valentin Koerner, 1971, pp. 206-207 e VON VOIGTLANDER, *A Survey of Neo-Babylonian History*, dissert. University of Michigan, Ann Harbor, 1963, pp. 146-147.

(9) Existem alguns registos referentes a Nabucodonosor no que respeita à contratação de mão-de-obra e a questões de permuta de propriedade fundiária. Ver D. J. WISEMAN,

Nebuchadrezzar and Babylon, Oxford, The University Press, 1987, pp. 76-78 e F. BRUSCHWEILER, «Un échange de terrains entre Nabucodonosor II et un inconnu dans la région de Sippar», em RA, II, 83, 1989, pp. 153-162.

⁽¹⁰⁾ Cf. VON VOIGTLANDER, o. c., p. 148: «one cannot doubt that, in one way or another, the aim of the (banking interests) was, through control of the kingship, to infiltrate areas of the economy allocated to court and temple. Nergal-éarra-ušur himself may have been motivated only by a desire to enjoy the power and prestige of the kingship.»

<¹¹> Ver V. BELJAWSKI, o. c., p. 206.

<¹²> Cf. VON VOIGTLANDER, o. c., pp. 144-145 n. 11.

⁽¹³⁾ Cf. JR. 39,3 e 13. Acerca de Nabopolassar, ver H.W. F. SAGGS, *Babylonians*, Londres, British Museum Press, 1995, pp. 165-167.

<¹⁴> Ver VON VOIGTLANDER, o. c., p. 145.

⁽¹⁵⁾ Ver D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldean Kings*, p. 38, n. 10.

<¹⁶> Os seus contratos de Opis incluem Nbk. 31, Nbk. 322, Nbk. 369, Nbk. 419 e Nbk. 431. Von Voigtlander crê que Opis, uma cidade central na província de Bit-Sín-magir, perto do baixo Diyala, era o centro das primeiras operações de Neriglissar. Ela sugere que ele podia ter sido governador desta provincianessa época. Ver VON VOIGTLANDER, o. c., pp. 144-145.

⁽⁷⁾ Para a descrição das várias transacções de Neriglissar, ver V. BELJAWSKI, o.e., pp. 200-205.

<¹⁸> Ver D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldean Kings*, pp. 37-42 e VON VOIGTLANDER, o. c., p. 145.

⁽¹⁹⁾ A mais antiga dessas casas era a de Egibi que já funcionava antes da conquista persa e que continuou até ao reinado de Dário, vendendo, comprando e trocando casas, campos, escravos e outros bens. Paralelamente a estas actividades a casa de Egibi comprometeu-se em operações prestamistas profissionais. Em particular, actuava como um credor que recebia numerário para depósito, dava e recebia notas promissórias, pagava as dívidas dos seus clientes, financiava e fundava companhias comerciais. Mas os membros da casa de Egibi, assim como outras casas de negócios babilónicas, não utilizavam as quantias que lhes foram confiadas em depósito como um meio de crédito, pois trabalhavam com os seus meios próprios. Os depositantes da casa Egibi eram membros da corte ou pessoas que estavam ligadas com a casa através de interesses em negócios. Tanto no período caldaico como no aqueménida certos membros da Casa Egibi estavam ao serviço do rei. A casa desempenhou um papel importante não só no comércio interno mas também no comércio externo, especialmente no período aqueménida, quando as condições relativamente pacíficas que tiveram lugar na globalidade do oriente nas duas últimas décadas do século VI, o florescimento da economia, as rotas marítimas, a manutenção exemplar das antigas rotas caravaneiras e a abertura de novas, o aumento do uso da moeda em alguns países assim como os contactos entre diferentes povos tornou possível o desenvolvimento do comércio internacional a um nível anteriormente desconhecido. A variação das condições climáticas e do ambiente natural foi também de grande importância para o desenvolvimento do comércio. Os Babilónios comerciavam com o Egipto, Síria, Elam e Ásia Menor, onde os mercadores babilónicos compravam ferro, cobre, estanho, ouro, prata, madeira, vinho, fruta e outros produtos. Babilónia, conjuntamente com o Egipto, fornecia cereal aos países do império, e em particular ao Elam. Adicionalmente as cidades babilónicas eram grandes centros de manufactura de vestidos de lã, para os quais existia uma grande procura no Elam.

(20) Ver D. J. WISEMAN, *Chronicles of Chaldean Kings*, pp. 37-42, VON VOIGTLANDER, o.e., pp.142-159 e A.K. GRAYSON, *Assyrian and Babylonian Chronicles, Texts from Cuneiform Sources* 5, Locust Valley, J.J. Augustin, 1975, pp. 103 1 0 4 - .

(21) Nabü-ahhê-iddin era frequentemente designado como estando *ina nasparti sa Nergal-sar-ušur*. *ls|o* é, na situação de uma representação comissionária. Ver E. SZLECHTER, «*Les Lois Néo-Babyloniennes*» em *RIDA*, 3^e Série, Tome XVIII, 1971, pp. 63-76. Cf. CAD N/II, p. 76. Ver *naspartu A in sa nasparti* - «person under comission or service obligation».

(22) Ver WEINGORT, *Das Haus Egibi*, in *neubabylonischen Rechturkunden*, Berlim, Berlin-Charlottenburg Universität, 1939, pp. 39-40 e V. BELJAWSKI, o. c. , pp. 200-203.

<23> Cf. J. KRECHER, o.e. , p. 138.

<24> Cf. *ibid.*, p. 140.

(25) von Voigtlander sugere que quem participou na ascensão de Neriglissar foram posições que consistiam em «interesses banqueiros», em cujos membros eram incluídos a família Egibi. Cf. VON VOIGTLANDER, o.e., p.148: «One cannot doubt, in one way or another, the aim of the (banking interests) was, through control of the kingship, to infiltrate areas of the economy allocated to court and temple. Nergal-sar-ušur himself may have been motivated only by a desire to enjoy the power and prestige and kingship». Todavia, o grau em que o poder económico dos negociantes e mercadores se estende aos negocios do país permanece longe de um conhecimento profundo.

<26> Cf. *ibid.*, p. 141.

(27) Ele também aparece como *res sarrî* de Neriglissar nos textos Ner. 7 e Ner. 58.

<28> Cf. *ibid.*, pp. 139-142.

(29) Aparentemente não foram afectadas pela transmissão violenta para a governação de Nabónido no verão de 556 a. C. as actividades empresariais da familia Nur-Sin, que continuaram sem interrupção, de que é um exemplo a continuação da *assoação-harrānu* com Madānu-suma-iddin, no início do reinado de Nabónido.

<30> Cf. Nbn. 16, Nbn. 64, Nbn. 356, Nbn. 608, Nbn. 1128 e Liv.73. Cf. J. KRECHER, *Das Geschäftshaus Egibi in Babylon*, pp. 145-166.

<31> Ver HANS M. KÜMMEL, *Familie Beruf und Amt im spätbabylonischen Uruk*, Berlim, Gebr. Mann Verlag, 1979, pp. 122-125.

<32> Cf. Nbn. 50, Nbn. 184, Nbn. 270, Nbn. 581, Nbn. 688 e Nbn. 824. Ver R. P. DOUGHERTY, *Nabonidus and Belshazzar*, New Haven, Yale University Press, 1929, pp. 81-92.

(33) Acerca da administração governativa da Bêl-sarra-ušur, ver a obra de P. BEAULIEU, *The Reign of Nabonidus King of Babylon 556-539 B.C.*, pp. 185-203.

(34) O acto foi redigido pelo escriba Bêl-ahê-iqTsa em Babilónia, no mês de Nisanu do quinto ano do reinado de Nabónido.

05) o escriba foi Bêl-ahê-iqTsa e entre as testemunhas contava-se Arsa, filho de Antaribi. A tabuinha foi escrita em Babilónia no mês de Sebatu do sétimo ano do reinado de Nabónido.

06) Novamente Bêl-ahê-iqTsa foi o escriba num mês não identificado do décimo primeiro ano do reinado de Nabónido.

(37) Em Babilónia, o escriba Nergal-usallim escreveu no mês de Adaru do décimo segundo ano do reinado de Nabónido.

(38) Por exemplo R. Bogaert caracterizava-os de forma clara. Cf. R. BOGAERT, *Les origines antiques de la banque de dépôt*, (Une mise au point accompagnée d'une esquisse des opérations de banque en Mésopotamie), Leyde, A.W. Siythoff, 1966, p. 105: «C'étaient des hommes d'affaires, mais on les a pour ainsi dire toujours qualifiés de banquiers. On a écrit qu'une des caractéristiques de l'époque néo-babylonienne était l'avènement de puissantes banques privées, alors qu'à l'époque paléo-babylonienne le crédit était surtout consenti par le temple et l'Etat.»

(39) Levantou-se na historiografia a polémica acerca do carácter bancário das operações das Casas mesopotâmicas, assim Bogaert refere, cf. *ibid.*, p. 108: «Toutes ces opérations n'ont pas de caractère bancaire. C'est pourquoi nous les avons traitées sommairement, mais la maison Egibi n'aurait jamais été qualifiée de banque si elle s'était limitée aux transactions mentionnées ci-dessus. Elle a pratiqué en effet des opérations de banque, telles que le prêt, la société, l'emprunt, le dépôt, les paiements et encaissements pour autrui que nous allons étudier successivement.». Bastante da actividade mercantil nesta época era, portanto, conduzida por indivíduos experimentados que eram financiados por investidores através de associações especiais denominadas *harrānu*. Este termo, geralmente, aparece nos textos e é traduzido de modos diversos, destacando-se «caravana», «viagem comercial», e «comenda». Para Hugo Lanz o termo «comenda» é, ocasionalmente, uma tradução aceitável de *harrānu*. Todavia, para o autor estas e outras sugestões de tradução sofrem de limitação e não cingem a totalidade do alcance de especulações e riscos comerciais que podem ser contratadas através do processo do *harrānu*, consequentemente o autor sugere que a utilização do mais neutral «empreendimento comercial», isto é, o *Geschäftsunternehmen*. Ver HUGO LANZ, *Die neubabylonischen harrānu-Geschäftsunternehmen*, Berlin, J. Schweitzer Verlag, 1976, pp. 3-5; 11-12; 68 e 73-78. Cf. CAD, H, pp. 106-113. Ver *harrānu* - «(1) highway, road, path, (2) trip, journey, travel, (3) business trip, (4) caravan, (5) business venture, (6) business capital, (7) military campaign, expedition, raid, (8) expeditionary force, army, (9) corvée work, (10) service unit, (11) times (math, term), (12) obscure mngs.».

(40) Cf. *ibid.*, p. 110: «Mais l'homme d'affaires s'intéresse aussi à la société *alicuius negotiationis* et il figure également dans un contrat comme simple bailleur de fonds sans faire partie de l'association.»

(41) Ou seja, sob consignaço feita por um devedor ao seu credor dos rendimentos de uma propriedade imóvel, para garantia dos juros da dívida. No que respeita aos tipos de depósitos efectuados pelos Egibi, ver *ibid.*, pp.111-117 e sobretudo J. KRECHER, o.e., pp. 23-100.

(42) Bogaert sublinha as condições dos vários empréstimos para demonstrar que homens de negócios como Nabü-ahhê-iddin e Marduk-nâšir-apli, Cf:R. BOGAERT, o.e., p. 111: «n'empruntaient pas pour prêter les sommes reçues à leur clients, car les conditions des prêts qu'ils consentent et des emprunts qu'ils contractent sont les mêmes et conformes à l'usage établi. C'est probablement le manque d'argent liquide, nécessaire à leurs entreprises agricoles, qui les a forcés à recourir au crédit»

(43) Para a introdução dos Egibi nos assuntos do rei, particularmente a acção de Nabü-ahhê-iddin, ver V. A. BELJAWSKI, o.e., pp. 197-215.

(44) Em suma, todas as operações preenchem as condições para que se possa falar de operações de banca. De acordo com Bogaert, elas são frequentes e apresentam um carácter profissional, tinham um objectivo lucrativo e comportavam movimentos de fundos, Contudo a condição essencial para que o termo «banco» seja conforme à realidade económica e jurídica que ele evoca actualmente não se encontra na actividade desta casa. Os Egibi não eram mercadores de dinheiro. Eles trabalhavam principalmente com capitais

próprios. Para o autor, os termos mais justos serão homens de negócios ou capitalistas. São termos que indicam a natureza dos seus recursos e a diversidade das suas operações imobiliárias, agrícolas e comerciais, às quais a Casa se dedicou. À parte do depósito a juros, os Egibi não praticaram alguma operação bancária nova.

<45> Cf. R. BOGAERT, o. c., pp. 117-118: «Comment définir maintenant la maison Egibi? Était-ce une banque comme on l'a toujours dit? C'est un fait bien établi que les Egibi ont fait des opérations bancaires: ils ont financé le commerce en fondant des sociétés commerciales, ils ont effectué des paiements pour leurs clients et les membres de la famille. (...) Les Egibi n'étaient pas les seuls hommes d'affaires de leur époque, mais certainement les plus importants. Mentionnons à titre d'exemple encore Iddin-Marduk, de la famille Nur-Sin, le beau-père d'Itti-Marduk-balātu, dont le nom figure dans nombreux documents»

<46> Para o conhecimento do espólio documental desta família ver G. CARDASCIA, *Les Murasû. Une famille d'Hommes d'affaires Babyloniens à l'époque Perse (455-403 av. J.-C.)*, Paris, Imprimerie Nationale, 1951, pp. 42-188 e M. STOLPER, *Entrepreneurs and Empire*, Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut Te Istanbul, 1985, pp. 18-156.

<47> Cf. R. BOGAERT, o. c., p. 118.

<48> Neste novo período, denominado de Aqueménida, as terras eram doadas em «feudos» aos senhores persas, ou a colectividades de soldados ou de funcionários denominadas *hatru*, e como os senhores não detinham os acentuados capitais que os feudos exigiam, então, intervinham os Murasû. Refere Bogaert o seguinte, cf. *ibidem*: «Grâce à la belle étude que M. G. Cardascia a consacrée à ces archives, nous pouvons être plus bref, plus précis et plus complet que pour les Egibi et nous allons surtout tâcher de mettre en lumière la différence entre les deux maisons, qu'on cite généralement ensemble comme les deux grandes banques néo-babyloniennes. On pourrait penser dès lors qu'il n'y a pas de différences notoires entre les deux établissements, mais il en est autrement.»

<49> A família obtinha lucros, primeiramente ao alugarem directamente a agricultores independentes. É exemplo, BE IX 7, onde um grupo de feudatários alugavam a Enlil-sum-iddin e duas outras pessoas (Bêl-našir e Iddin-Bêl cuja identificação não é possível realizar), o uso de água de um reservatório real. Eles pretendiam irrigar o seu «domínio do arco», por quatro dias em cada mês. As propriedades que os Murasû alugavam aos administradores dos canais não só produziam rendas directas mas também causavam um aumento substancial nas rendas que eles eram capazes de tirar outras fontes que se encontravam no seu domínio. Ver DENISE COCQUERILLAT, *Palmerais et Cultures de l'Eanna d'Uruk (559-520)*, em *Ausgrabungen der Deutschen Forschungsgemeinschaft in Uruk-Warka, Band.8, Berlin, Gebr.Mann Verlag, 1968, p.12.*

<50> A riqueza de Babilónia consistia acima de tudo na agricultura, por isso um factor essencial na lavoura babilónica era a água, distribuída através de complexas redes de canais. O sistema de irrigação na sua maior parte pertencia à Coroa.

Nos documentos referentes aos Murasû o direito à utilização dos canais era transmitida através de contratos idênticos aos utilizados para se dispôr da terra. Esta família alugava os canais, subalugando determinada área ou a água proveniente, aos seus clientes. Enquanto isso os Murasû adquiriam terra de vários proprietários, onde se incluíam não só os administradores das propriedades da Coroa, mas também «feudatários» e donos de largas propriedades. Simultaneamente, adquiriam os canais de um ramo preciso da administração real. A utilização da água era a pré-condição para o uso da terra, assim as relações dos Murasû com administração dos canais tiveram um efeito profundo nas suas relações com os proprietários fundiários. O aluguer dos canais conferia, assim, aos Murasû a disposição das águas que em última instância afectavam todos os locatários nas suas ramificações do canal.

Usualmente considera-se que as linhas de água em Babilônia pertenciam ao rei e que conseqüentemente os Muraèu alugavam-nas aos oficiais da Coroa. Ver M. DANDAMAYEV, «Achamenid Babylonia» em *Ancient Mesopotamia*, «Nauka» Publishing House, Moscow, 1969, p.307.

⁽⁵¹⁾ Na Baixa Mesopotâmia um sistema de irrigação por regueiro era empregue nas planícies ribeirinhas para prevenir que os canais se tornassem excesssivamente sedimentados. Os canais e as suas ramificações tinham de ser constantemente dragados e ocasionalmente até escavados de novo.

O problema foi agravado na época Aqueménida pelo crescimento e expansão do sistema de canal. A nova tecnologia então existente permitia ainda a construção de uma mais extensa ramificação de um canal. O comprimento adicional teve o efeito de encher o canal com sedimentos e mais rápida da velocidade devido à área do canal ser mas pequena para moderar o transbordo no sentido transversal. As águas de irrigação jogavam desses rios altamente sedimentados e deveriam depositar enormes quantidades de sedimentos nos canais e nos diques.

Os dados da época neobabilónica demonstram que pondo de lado alguns palmeirais que formavam espaços delimitados, a maior parte dos palmeirais estavam dispostos ao longo dos canais de irrigação, a partir dos quais se poderia facilmente irrigá-los, tanto mais que a terra situada sob as palmeiras beneficiava da sua sombra e quase sempre era ocupada pelas culturas horticolas que necessitavam também de uma rega regular. O calendário agrícola da Baixa-Mesopotâmia previa, por outro lado, um diluição da terra após o poiso bianual, para o destorroar, antes de aí praticarem os trabalhos. Esta operação tinha lugar no antigo país de Sumer no início do verão, mas mais tardiamente na Babilónia do Norte. Por seu turno sabemos que na época aqueménida se tinha começado a praticar na Babilónia o sistema de dupla colheita de inverno e de verão. Ela é atestada, embora, de forma pontual através dos arquivos dos Muraèu e de outros textos provenientes de Nippur (cf. BE IX, 29 e BE IX ,30). Ver G. VAN DRIEL, «Neo-Babylonian Agriculture III. Cultivation» em *BSA*, vol. V, Cambridge, 1990,p.218.

⁽⁵²⁾ A jurisdição sobre os canais conferia aos Murasû também a posse do equipamento agrícola, o que poderia significar reivindicações sobre as suas rendas ou o seu trabalho. Os Murasû forneciam regularmente arados aos seus locatários, em nenhum outro caso os Muraèu recebiam equipamento agrícola dos proprietários que lhes alugavam as terras. Como observa Cardascia, o equipamento e a água eram os factores mais caros nos alugueres dos Muraèu aos seus locatários, enquanto que a própria terra parece ter sido relativamente barata. De certo que os factores de produção mais caros determinavam a estratégia comercial e os preços mais do que os tornarem baratos. Os Murasû alugavam esses factores mais caros apenas da administração dos canais. Do ponto de vista dos Muraèu, a administração dos canais e os restantes interesses da Coroa, e é claro, o corpo de administradores, conferiam à Casa duas categorias de recursos reais: a terra e a água. Os Muraèu, por seu lado, subalugavam essas propriedades aos seus locatários. Esta prática é explicitada em CBS 12 939, no qual, sublocatários pediam a Enlil-sum-iddin o subaluguer das águas do reservatório real e as terras da Coroa que estes mantinham arrendadas de Tattannu, que estava encarregue dos rendimentos do canal. Ver CARDASCIA, o.e., p. 136.

⁽⁵³⁾ Cf. *ibid.*, p. 119: «Comme les banquiers modernes, ils travaillent avec les capitaux d'autrui, mais il y a quelques différences frappantes à signaler. Ces capitaux sont des biens immobiliers et non de l'argent; la banque concentre de nombreux petits capitaux pour pouvoir mettre les fonds nécessaires à la disposition de quelques entreprises commerciales et industrielles; le Muraèu fait exactement le contraire.». Bogaert acerca da questão da banca remete para OPPENHEIM, o.e., pp. 84-85.

(⁵⁴) Cf. R. BOGAERT, o. c., p. 120: «Les opérations de crédit des Murasû sont donc moins nombreuses et moins importantes que celles des Egibi. Elles ont en outre un caractère usuraire. Nous avons souligné que la maison Egibi faisait fructifier ses capitaux dans de nombreuses sociétés commerciales en commandite et autres. Ancun contrat de ce genre n'a été découvert dans les archives des Murasû.»

<⁵⁵> A Casa Murasû comprometeu-se em operações comerciais e prestamistas no sul e centro da Babilónia no século V, foram atestadas três gerações. A natureza da sua actividade foi condicionada pelas mudanças introduzidas pelos persas na estrutura da propriedade. A terra foi dividida em parcelas e distribuída aos nobres persas e a colectividades de soldados e oficiais que não eram agricultores e que entregavam a sua terra a outras pessoas para cultivo. Os Murasû arrendavam essas parcelas e pagavam uma renda aos seus proprietários assim como os impostos respectivos ao tesouro. Contudo, essa terra raramente era cultivada por escravos dos Murasû, geralmente era deixada para um sublocatário, que era fornecido de animais de trabalho, sementes, ferramentas, e água para irrigação. Por outras palavras, a Casa de Murasû era essencialmente uma instituição de crédito agrícola e administrava as terras parceladas na qualidade de um intermediário entre os proprietários fundiários e os trabalhadores agrícolas. Somente no decurso do período entre 423 a 422 a. C., o rendimento dos Murasû, apenas em tâmaras, era de cerca de 20 000 kurru (cerca de 3 600 000 litros) ou 20 000 siclos (168 kg.) de prata. Os Murasû funcionavam com a ajuda dos recursos das pessoas. Mas o seu capital consistia, primeiramente, em propriedade fundiária e imobiliária e o seu acréscimo era feito pelo arrendamento de largas extensões de terras, subarrendadas na forma de pequenas parcelas. Diferentemente da Casa Egibi, que investia capital em companhias comerciais, a Casa de Murasû não desempenhou qualquer papel no comércio internacional. Todavia, a Casa vendia os produtos agrícolas que recebia e pagava os impostos em prata. Então, a Casa de Murasû foi simultaneamente «banco», administradores fundiários e empresa comercial. As suas actividades tiveram um efeito ruinoso na economia do país que levou à falência dos proprietários. Apesar de terem emprestado inicialmente numerário aos proprietários, após algumas décadas começaram cada vez mais a tomarem o lugar dos proprietários e a concentrarem a terra nas suas mãos.

<⁵⁶> Cf. R. BOGAERT, o. c., p. 120: «Comment faut-il qualifier la maison Murasû? La plupart des auteurs l'appellent une banque et M. Cardascia lui-même emploie souvent ce terme 'commodé' dit-il, 'mais qui comme tout vocable moderne appliqué à des institutions aussi anciennes risque de trahir la vérité'. Le terme compréhensif de maison d'affaires convient le mieux selon le juriste français. Et c'est notre avis. Les maisons Egibi à Babylone et Murasû à Nippur sont les premières grandes maisons d'affaires dont nous connaissons plus ou moins l'activité.»

<⁵⁷> Cf. R. BOGAERT, o. c., p. 122: «En dehors de la clause principale et essentielle qui constate l'existence d'une obligation, les reconnaissances de dette comportent souvent des clauses accidentelles comme la stipulation d'un intérêt, initial ou moratoire, la constitution d'un gage ou d'une caution, la fixation de l'échéance, le lieu de la prestation du débiteur.» A expressão *ina pāni* indica um acto de colocação do objecto da dívida à disposição do devedor. Para todos os efeitos práticos, então, os reconhecimentos de dívida *ina pāni* podem ser considerados idênticos funcionalmente à sua contraparte *ina muhhi*. Esta última cláusula respeitava à responsabilidade do devedor, estabelecida num empréstimo real através da aquisição das mercadorias emprestadas. A terminologia legal neobabilónica não contém uma designação genérica para «empréstimos». É no reconhecimento de dívida, assim como nos recibos que se podem obter informações em relação às transacções de entrega e venda creditícias no período neobabilónico. Ver LANZ, o.e., p. 89 - .

<⁵⁸> Ver L. T. DOTY, «The archive of the Nanâ-iddin family from Uruk», pp. 65-90.